

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 536.579 - PA (2019/0294085-1)

RELATORA : MINISTRA LAURITA VAZ
IMPETRANTE : JANDER HELSON DE CASTRO VALE
ADVOGADO : JANDER HELSON DE CASTRO VALE - PA008984
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ
PACIENTE : ANDERSON DE SOUZA RIPARDO (PRESO)
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus*, com pedido de liminar, impetrado em favor de ANDERSON DE SOUZA RIPARDO contra decisão indeferitória de provimento urgente proferida pelo Desembargador Relator do HC n.º 0808010-72.2019.8.14.0000, em trâmite no Tribunal de Justiça do Estado do Pará.

Consta dos autos que o Paciente foi preso em flagrante, no dia 05/04/2019, como incurso no art. 121, § 2.º, incisos I e IV, do Código Penal, visto que seria partícipe de homicídio qualificado por motivo torpe e mediante recurso que dificultou a defesa da Vítima.

Convolado o flagrante em prisão preventiva, em 07/04/2019, a Defesa impetrou *habeas corpus* perante a Corte de origem, tendo sido indeferido o pedido liminar.

No presente *writ*, o Impetrante informa que esta Corte deferiu pleito liminar formulado no HC n.º 528.431/PA, de minha relatoria, revogando a prisão preventiva da corré Antonia, por ausência de fundamentação idônea para manutenção da custódia cautelar.

Sustenta a ocorrência de violação ao princípio da isonomia e ao art. 580 do CPP, uma vez que o Paciente encontra-se na mesma situação fático-processual da corré.

Requer, liminarmente e no mérito, a revogação da prisão preventiva.

É o relatório inicial.

Passo a apreciar o pedido de provimento urgente.

De início, cumpre ressaltar que, consoante posicionamento firmado pelo Supremo Tribunal Federal e por esta Corte, não se admite *habeas corpus* contra decisão negativa de liminar proferida em outro *writ* na Instância de origem, sob pena de indevida

Superior Tribunal de Justiça

supressão de instância.

É o entendimento sedimentado na Súmula n.º 691/STF ("*[n]ão compete ao Supremo Tribunal Federal conhecer de habeas corpus impetrado contra decisão do Relator que, em habeas corpus requerido a tribunal superior, indefere a liminar*"), aplicável, *mutatis mutandis*, a este Superior Tribunal de Justiça (AgRg no HC 447.280/SP, Rel. Ministra MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, Sexta Turma, DJe de 01/06/2018; AgRg no HC 446.100/PR, Rel. Ministro ROGERIO SCHIETTI CRUZ, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 444.105/SP, Rel. Ministro SEBASTIÃO REIS JÚNIOR, Sexta Turma, DJe de 21/05/2018; AgRg no HC 376.599/SP, Rel. Ministro RIBEIRO DANTAS, Quinta Turma, DJe de 12/06/2018).

A despeito de tal óbice processual, tem-se entendido que, em casos excepcionais, deve preponderar a necessidade de se garantir a efetividade da prestação da tutela jurisdicional de urgência para que flagrante constrangimento ilegal ao direito de liberdade possa ser cessado, tarefa a ser desempenhada caso a caso.

Todavia, esse atalho processual não pode ser ordinariamente usado, senão em situações em que se evidenciar decisão absolutamente teratológica e desprovida de qualquer razoabilidade, na medida em que força o pronunciamento adiantado da Instância Superior, suprimindo a competência da Inferior, subvertendo a regular ordem do processo.

Na hipótese em apreço, observo, em juízo de cognição sumária, que o **pedido liminarmente formulado deve ser deferido**, porquanto se encontram presentes, na hipótese, os requisitos autorizadores da medida urgente requerida.

A prisão preventiva deve se apoiar em dados concretos extraídos dos autos, indicando prova da materialidade do delito e indícios suficientes de autoria (*fumus comissi delicti*), assim como a necessidade da cautela (*periculum libertatis*), segundo o disposto no art. 312 do Código de Processo Penal.

Todavia, na hipótese em apreço, a Juíza de Direito decretou a prisão preventiva nos seguintes termos (fls. 24-26):

"No caso em apreço, o conjunto probatório já acostado aos autos, especialmente os depoimentos das testemunhas e dos próprio acusados, aponta para o envolvimento dos autuados no crime em questão. Verifico, portanto, as circunstâncias que justificam a decretação

Superior Tribunal de Justiça

da custódia preventiva (prova da materialidade e indícios da autoria) e que caracterizam o requisito do *fumus commissi delicti*.

No tocante ao requisito do *periculum libertatis*, vislumbro que há fortes indícios de que, uma vez em liberdade, novamente poderão vir a cometer crimes da mesma espécie. Sendo assim, a custódia cautelar, por ora, se evidencia como a melhor medida para dissuadi-lo da reiteração criminosa.

Ademais, corroborando, saliente-se que comportamentos dessa natureza são graves e de grande reprovabilidade social, pois trata-se de crime contra a vida, o que acaba por abalar a ordem pública."

Como se vê, trata-se de decisão genérica, não analisando, ainda que de forma sucinta, as circunstâncias concretas do caso, amparando-se em mera suposição, desconectada do substrato fático. Afinal, não se considera fundamentado o decreto preventivo que invoca motivos que se prestam a justificar qualquer outra decisão.

Ilustrativamente:

"RECURSO ORDINÁRIO EM HABEAS CORPUS. TRÁFICO DE DROGAS. POSSE IRREGULAR DE ARMA DE FOGO DE USO PERMITIDO. PRISÃO EM FLAGRANTE CONVERTIDA EM CUSTÓDIA PREVENTIVA. DECISÃO GENÉRICA. SEGREGAÇÃO ANTECIPADA BASEADA NA GRAVIDADE ABSTRATA DOS FATOS CRIMINOSOS. AUSÊNCIA DE FUNDAMENTAÇÃO CONCRETA DA ORDEM CONSTRITIVA À LUZ DO ART. 312 DO CPP. REDUZIDA QUANTIDADE DE MATERIAL TÓXICO APREENDIDO. CONDIÇÕES PESSOAIS FAVORÁVEIS. MEDIDAS CAUTELARES ALTERNATIVAS. ADEQUAÇÃO E SUFICIÊNCIA. COAÇÃO ILEGAL EVIDENCIADA. RECLAMO PROVIDO.

[...]

3. No caso, a decisão do juiz singular é genérica, não analisando, ainda que de forma sucinta, as circunstâncias concretas do caso, apresentando justificativa na gravidade abstrata dos delitos imputados.

4. Além disso, a ré é primária e não ostenta antecedentes, bem como se trata de apreensão de reduzida quantidade de drogas, sendo suficiente a imposição de medidas cautelares alternativas.

5. Condições pessoais favoráveis, mesmo não sendo garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, quando demonstrada possibilidade de substituição da prisão por cautelares diversas, proporcionais, adequadas e suficientes ao fim a que se propõem.

6. Recurso ordinário provido para substituir a cautelar da prisão pelas providências alternativas previstas no art. 319, incisos I, IV e V, do Código de Processo Penal." (RHC 109.077/MG, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 21/05/2019, DJe 04/06/2019.)

Superior Tribunal de Justiça

Em conclusão, registre-se que as condições subjetivas favoráveis ao Paciente, "*conquanto não sejam garantidoras de eventual direito à soltura, merecem ser devidamente valoradas, quando não for demonstrada a real indispensabilidade da medida constritiva*" (RHC 108.638/MG, Rel. Ministro REYNALDO SOARES DA FONSECA, QUINTA TURMA, julgado em 07/05/2019, DJe 20/05/2019).

Ante o exposto, DEFIRO o pedido liminar para que possa o Paciente responder ao processo em liberdade, se por outro motivo não estiver preso, advertindo-o da necessidade de permanecer no distrito da culpa e atender aos chamamentos judiciais, sem prejuízo de nova decretação da prisão preventiva, se concretamente demonstrada sua necessidade cautelar, ou de imposição de outras medidas alternativas, nos termos do art. 319 do Código de Processo Penal, até o julgamento final deste *writ*.

Comunique-se, com urgência, ao Tribunal de Justiça do Estado do Pará e ao Juízo de primeira instância.

Solicitem-se informações pormenorizadas ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de origem sobre a tramitação da ação penal, solicitando-lhes, ainda, a chave de acesso às informações processuais.

Após, remetam-se os autos ao Ministério Público Federal para manifestação.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 02 de outubro de 2019.

Ministra LAURITA VAZ
Relatora